

() Graduação (X) Pós-Graduação

ANÁLISE DA PERFORMANCE NA GERAÇÃO DE RECEITA PRÓPRIA DOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 400 E 800 MIL HABITANTES DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE NO PERÍODO DE 2018 A 2020

Florisvaldo Cunha Cavalcante Júnior
Instituto Federal da Bahia - IFBA
junior.ccavalcante@gmail.com

Herrisson Queiroz Neto
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
queiroz.contabil@hotmail.com

Josaias Santana dos Santos
Faculdade de Petrolina - FACAPE
josaias@yahoo.com.br

Antônio José Gomes Pedrosa
Faculdade UNIBRAS Juazeiro / BA
antonio-jgp@hotmail.com

RESUMO

Um dos principais indicadores da eficiência orçamentária de um município é a sua capacidade de geração de receitas próprias, mas muitas cidades ainda dependem das Transferências Intergovernamentais, em sua maior parte, para custear seus gastos. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral apresentar a performance no tocante a geração de receita própria, em municípios de grande porte, das regiões Norte e Nordeste. conclui-se, que de um modo geral, com os municípios dessa amostra, exceto Aracaju/SE, há uma grande dependência de repasses do Estado e da União para a manutenção das atividades desses municípios, o que não é favorável, pois quando maior for a dependência dos municípios, mais a sociedade sofrerá a limitação de serviços oferecidos aos cidadãos.

Palavras chave: Gestão Pública; Transferência Governamentais; União.

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais indicadores da eficiência orçamentária de um município é a sua capacidade de geração de receitas próprias, mas muitas cidades ainda dependem das Transferências Intergovernamentais, em sua maior parte, para custear seus gastos.

Em síntese, a análise de desempenho das finanças públicas, por meio dos indicadores, reveste-se de valioso instrumento a ser utilizado na gestão pública, possibilitando realizar comparações, avaliar as ações executadas e realizar correções (COSTA *et al*, 2013).

Andrade (2010, p. 2) salienta que as origens dos recursos da administração pública são, em sua maior parte, “derivada de tributos e transferências de outras esferas governamentais,

porém os entes públicos também auferem receitas próprias, pela exploração de seu patrimônio”.

Os órgãos públicos não têm a finalidade de gerar superávits ou déficits e, sim, de “obter o necessário ponto de equilíbrio financeiro, de modo que todos os gastos gerados no desenvolvimento de suas atividades e projetos contem com fonte de recursos financeiros equivalente.” (MOTA, 2009, p. 67).

Ante o exposto, esse estudo se propõe a investigar qual a capacidade de geração de receitas próprias dos municípios com população entre 400 e 800 mil habitantes do Norte e Nordeste?

Para assegurar o pleno andamento e o cumprimento dos seus objetivos, o Estado necessita estruturar-se como uma organização e desenvolver atividades financeiras, arrecadando recursos para custear seu funcionamento (FERREIA; ALMEIDA, 2018).

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral apresentar a performance no tocante a geração de receita própria, em municípios de grande porte, das regiões Norte e Nordeste.

Para Ferreira e Almeida (2018), define-se num sentido amplo, receita como sendo a soma dos valores recebidos pelos cofres públicos, ou seja, todo recebimento em dinheiro ou bens que, por força do dispositivo legal, o estado venha a receber.

Magalhães (2016) complementa que Receita Pública é caracterizada como recolhimento de recursos ao patrimônio público, mais especificamente como uma entrada de receita financeira que se reflete no acréscimo das disponibilidades.

Em se tratando do Município, este, no contexto da administração pública brasileira, é o terminal administrativo do País. É nos municípios que se refletem as ações políticas propostas pelas esferas Federal e Estadual. Logo, por exemplo, atrasos na distribuição de recursos ou mudanças na legislação fiscal, necessariamente interferirão na planificação da esfera municipal. (TOLEDO FILHO; OLIVEIRA, 2007).

Responsável por esse controle, a Contabilidade aplicada ao Setor Público brasileiro está inserida no complexo campo das Finanças Públicas, sendo interpretada também pelo Direito Financeiro, no qual vários agentes portadores de distintos interesses e diversificada formação acadêmico-profissional cuidam em elaborar a estrutura da contabilidade brasileira. (FRANCO, *et al*, 2014).

A pesquisa foi realizada com dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, nova ferramenta destinada ao recebimento de informações contábeis, financeiras e de estatísticas fiscais oriundas de um universo que compreende 5.570

municípios, 26 estados, o Distrito Federal e a União.

Fizeram parte da amostra, todos os municípios das Regiões Norte e Nordeste, com população entre 400.000 e 800.000 habitantes, inclusive capitais, segundo dados da estimativa do IBGE (2021). A tabela 1, apresenta todos os municípios da amostra do estudo.

Tabela 1 – Relação de Municípios da Amostra

MUNICÍPIO	ESTADO	POPULAÇÃO
Rio Branco	Acre	413 418
Macapá	Amapá	512 902
Feira de Santana	Bahia	624.107
Campina Grande	Paraíba	413.830
Ananindeua	Pará	535 547
Jaboatão dos Guararapes	Pernambuco	706.867
Porto Velho	Rondônia	539.354
Boa Vista	Roraima	419.652
Aracaju	Sergipe	664 908

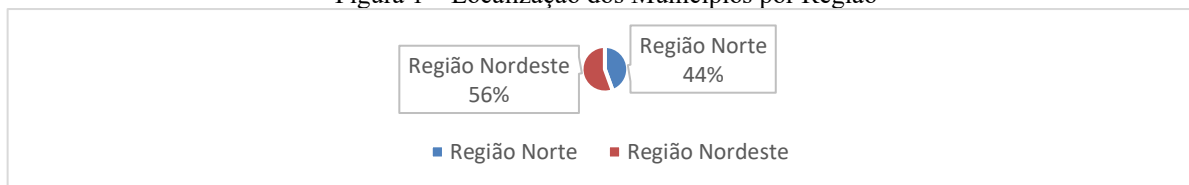
Fonte: Elaborada pelos autores

Os dados coletados foram tabulados, analisados e estão apresentados em gráficos e tabelas, no próximo capítulo.

2 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa teve como objetivo apresentar a performance no tocante a geração de receita própria, em municípios de grande porte, das regiões Norte e Nordeste. Inicialmente, será apresentado a distribuição dos municípios por região (Figura 1).

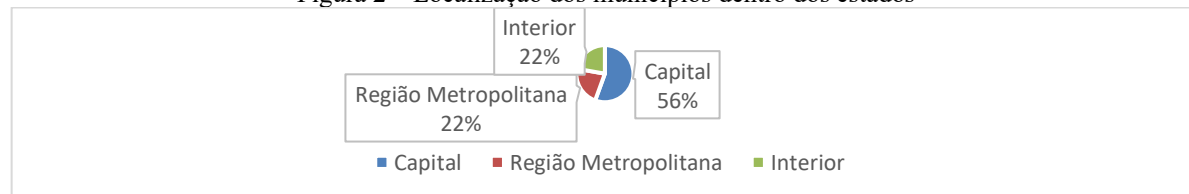
Figura 1 – Localização dos Municípios por Região



Fonte: Elaborada pelos autores

No tocante a localização dos municípios dentro de cada estado, os achados estão expostos na figura 2.

Figura 2 – Localização dos municípios dentro dos estados



Fonte: Elaborada pelos autores

O indicador Capacidade de Geração de Receitas Próprias, mede o quanto o município arrecada de receitas geradas pela própria prefeitura para cada real recebido em transferências intergovernamentais. Quanto menor o indicador, maior é a dependência do município em relação a recursos externos.

Receita Tributária + Contribuições + Receita Patrimonial + Receita Agropecuária + Receita Industrial + Receita de Serviços + Outras Receitas Correntes

Transferências Correntes Intergovernamentais – Deduções da Receita Corrente

Os achados com o presente estudo constam na tabela 01.

Tabela 1 – Geração de Receita Própria

MUNICÍPIO	2018	2019	2020
Rio Branco	0,47	0,44	0,36
Macapá	0,35	0,29	0,25
Feira de Santana	0,40	0,56	0,46
Campina Grande	0,35	0,35	0,40
Ananindeua	0,36	0,38	0,41
Jaboatão dos Guararapes	0,52	0,53	0,43
Porto Velho	0,55	0,53	0,49
Boa Vista	0,36	0,35	0,42
Aracaju	0,87	0,91	0,80

Fonte: Elaborado pelos autores, dados da pesquisa

Nos três anos analisados, os municípios com os maiores percentuais de geração de receita própria para cada 1,00 recebido foram em Aracaju/SE, com média de 0,68; Porto Velho/RO e com média de 0,52 e Jaboatão dos Guararapes/PE, com média de 0,49. Importante ressaltar que todos os municípios, exceto Campina Grande/PB, Ananindeua/PA e Boa Vista/RR, registraram queda no ano de 2020, em relação aos dois anos anteriores, redução, provavelmente, resultado dos impactos da Pandemia da Covid 19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, constatou-se, que a maioria dos municípios ainda dependem, em sua maior parte, das Transferências Intergovernamentais para o liquidamento das obrigações do município. Os melhores indicadores foram observados em Aracaju/SE, Porto Velho/RO e Jaboatão dos Guararapes/PE, que, em média, arrecadam mais do que recebem do governo.

Por outro lado, os municípios de Macapá/AP, Boa Vista/RR, Ananindeua/PA e Campina Grande/PB, em média, arrecadam menos da metade do que recebem dessas Transferências Intergovernamentais, o que denota uma maior dependência de recursos externos.

Portanto, conclui-se, que de um modo geral, com os municípios dessa amostra, exceto Aracaju/SE, há uma grande dependência de repasses do Estado e da União para a manutenção

das atividades desses municípios, o que não é favorável, pois quando maior for a dependência dos municípios, mais a sociedade sofrerá a limitação de serviços oferecidos aos cidadãos.

Como limitações do estudo, ressalta-se o fato de se analisar apenas três períodos, uma análise com cinco períodos, por exemplo, proporcionaria uma análise mais robusta dos achados.

Como sugestões de estudos futuros, propõe-se, ampliar a pesquisa para cidades com menos de 400.000 habitantes, para que se tenha uma visão global, da situação em municípios com particularidades distintas das propostas nesse estudo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. S.; FERREIRA, G. R. Métodos de Acompanhamento e Previsão da Receita Pública: Um Estudo de Município do Recife. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 16, n. 2, p. 22-38, 2018.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal: métodos com base na LC n. 101/00 e nas classificações contábeis advindas da SOF e STN**. 3. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, L. A.; HUPPES, C. M.; SOPRANE, G. A.; MACHADO, E. A. Comportamento da Receita Pública: uma análise dos recursos a disposição das mesorregiões formadas pelos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2009. **Anais.. XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil, 2013**.

FRANCO, L. M. G.; REZENDE, D. A.; FIGUEIREDO, F. C.; NASCIMENTO, C. Nível de divulgação eletrônica da contabilidade pública dos municípios do Paraná no ambiente da Internet. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 38, p. 140-153, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/>>. Acesso em 19 out. 2021.

INSPER. **Meu Município**. Disponível em: <<https://meumunicipio.org.br/>>. Acesso em 20 out. 2021.

MAGALHÃES, E. A. OLIVEIRA, T. B. A. WAKIM, V. R. FARONI W. Análise da evolução da despesa orçamentária em uma instituição de ensino superior: o caso da universidade federal de viçosa (UFV). **In XXIII Congresso Brasileiro de Custos**. Ipojuca-PE, 2016.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. 1. ed. Brasília, 2009.

TOLEDO FILHO, J. R.; OLIVEIRA, A. Análise do Sistema de Contabilidade Pública como suporte ao controle do ciclo orçamentário dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba/PR. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 3, p. 81-105, 2007.